

**Esclarecimento 29/06/2020 14:39:33**

CINTE TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA , pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua Dou tor Lauro Pinto, nº 610, Lagoa N ova, Natal/RN, CEP.: 59.064 - 250, inscrita no CNPJ/MF de nº 08.378.641/0001 - 96, vem , à presença de Vossa Senhoria, apresentar PEDIDO DE ESCLARECIMENTO com base no item 10.2 do Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2020 - TRE/RN , c om base nos termos e fundamentos abaixo. O Edital, logo em seu item 1.2 afirma que não será permitida a subcontratação, exceto para serviços de reparo emergencial, previstos no Termo de Referência. Ocorre que no Termo de Referência não há um rol ou discriminação de quais são os serviços de reparo emergencial. É necessário que, desde logo, a Administração fixe para quais tipos de serviço serão permitidas as subcontratações. Ou seja, é necessário determinar agora a quais são os serviços considerados emergenciais e quais são os eletivos ou comuns. É necessário, ainda, que seja esclarecida como essa subcontratação ocorrerá: se é necessário que desde já a licitante apresente qualificação técnica ou financeira da empre sa a ser subcontratada para esses serviços emergenciais ou a qualificação e documentação atinente só será demonstrada caso e quando surja a hipótese de ocorrência de serviços emergenciais. Já no que diz respeito ao julgamento das propostas, o item 8.3 info rma que será adotado o critério MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE em relação ao lote 1 (itens 1 a 4) e o critério MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM em relação ao Item 5, atendidas as especificações contidas neste edital e seus anexos . É certo compreender que a express ão preço global se refere à totalidade do valor pago nos 30 (trinta) meses de contrato por cada lote, no caso dos itens 1 a 4, e por cada CINTE TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA RUA DR. LAURO PINTO, 610 – CANDELÁRIA - NATAL ( RN) - CEP: 59064.250 FONE: (84) 3231 - 2922 CNPJ Nº 08.378.641/0001 - 96 – INSC. ESTADUAL Nº 20 .203.246 - 9 item, no caso do item 5? Ou o preço global a ser aferido é o valor pago mensalmente por cada lote, no caso dos itens 1 a 4, e por cada item, no caso do item 5? Assim, requer - se deste Pregoeiro a resposta a tais perguntas a fim de que possa apontar tais quesitos em sua proposta e fazer a precificação adequada. Nestes termos, CONFIA deferimento. Natal, 25 de junho de 2020. CINTE TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ/MF de nº 08.378.641/0001-96

**Resposta 29/06/2020 14:39:33**

Segue abaixo informação da Seção de Licitação e Contratos do TRE-RN, adotada como resposta ao pedido de esclarecimento solicitado pela CINTÉ TELECOM. Quanto ao pedido de esclarecimento da CINTÉ TELECOM: O Edital, logo em seu item 1.2 afirma que não será permitida a subcontratação, exceto para serviços de reparo emergencial, previstos no Termo de Referência. Ocorre que no Termo de Referência não há um rol ou discriminação de quais são os serviços de reparo emergencial. É necessário que, desde logo, a Administração fixe para quais tipos de serviço serão permitidas as subcontratações. Ou seja, é necessário determinar agora quais são os serviços considerados emergenciais e quais são os eletivos ou comuns. É necessário, ainda, que seja esclarecida como essa subcontratação ocorrerá: se é necessário que desde já a licitante apresente qualificação técnica ou financeira da empresa a ser subcontratada para esses serviços emergenciais ou a qualificação e documentação atinente só será demonstrada caso e quando surja a hipótese de ocorrência de serviços emergenciais. (...) A princípio, convém lembrar que os contratos administrativos são realizados "intuitu personae" sendo inadmissível a subcontratação, exceto quando prevista em edital. Essa é a previsão da Lei 8.666/1993: Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração. Assim, o licitante vencedor que vier a contratar com o TRE/RN não poderá subcontratar salvo para reparos emergenciais. A realização de reparos emergenciais é, no caso presente, o limite que a Administração admite para a realização de subcontratação. A expressão deve ser lida e compreendida pelos licitantes em sua literalidade léxica mais básica: reparar é consertar e emergência é necessidade imediata. Se, em algum momento durante a execução do contrato, a futura CONTRATADA necessitar de executar qualquer serviço por meio de subcontratação, deverá submeter a questão ao CONTRATANTE. Em não aquiescendo com a alegada emergencialidade do fato, a CONTRATADA não poderá subcontratar e deverá ela mesma executar o serviço. Nesse sentido, também extrai-se do Termo de Referência, dentre as OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: 3.2.3. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da contratação sem a expressa concordância do CONTRATANTE. [...] 3.2.8. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, cumprindo integralmente os requisitos estabelecidos ao longo deste Termo de Referência e do contrato celebrado entre as partes. Alerta-se que as Cláusulas Editalícias não podem ser interpretadas isoladamente e que, diante da obrigatoriedade supra mencionada, é desnecessário embora o Edital não traga um rol exaustivo de consertos emergenciais como alega, há que se repetir aqui, o disposto no subitem 4.1.4 do Termo de Referência (Anexo I), verbis: 4.1.4. A equipe técnica do CONTRATANTE decidirá sobre as questões técnicas concernentes às especificações, inspeções, revisões e aceitações do trabalho. O CONTRATANTE nomeará, conforme julgar necessário, especialistas para o acompanhamento técnico dos trabalhos. Por tais razões, penso que fazer constar do Edital um rol – taxativo ou exemplificativo – de serviços que possam ser considerados emergenciais é desnecessário dado que tal análise caberá à Equipe Técnica designada pela Administração frente ao caso concreto alegado pela Contratada durante a execução do contrato. Eliane Nascimento de Melo Oliveira Assistente III - SELIC/COLIC/SAOF Quanto ao critério de julgamento das propostas, o item 8.3 do edital informa que será adotado o critério MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE em relação ao lote 1 (itens 1 a 4) e o critério MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM em relação ao Item 5. Nesse caso, o preço global estabelecido é o correspondente para 30 meses, equivalente ao período da vigência do contrato (item 6.3, do Termo de referência). Atenciosamente, PEDRO SANCHO DE MEDEIROS Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte Núcleo de Licitações [pregao@tre-rn.jus.br](mailto:pregao@tre-rn.jus.br)